

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE ESPACIAL DOS CÂMPUS¹ DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

ACCESSIBILITY EVALUATION OF THE CAMPUSES OF THE FEDERAL INSTITUTE OF THE STATE OF SANTA CATARINA

Milena de Mesquita Brandão¹, M.Sc.

Karla Garcia Luiz², M.Sc.

Miguel Correia de Moraes³, M.Sc.

(1) *Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis*
e-mail: milena.brandao@ifsc.edu.br

(2) *Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus São José*
e-mail: karla.garcia@ifsc.edu.br

(3) *Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis*
e-mail: miguel.moraes@ifsc.edu.br

Palavras-chave: acessibilidade; *checklist*; avaliação pós-ocupação

Com intuito de atender a legislação vigente e garantir acessibilidade a todas as pessoas, em dezembro de 2015, foi criada a Comissão Temática de Acessibilidade do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), composta por profissionais especializados em Estudos sobre Deficiência, Educação Especial, Acessibilidade e Desenho Universal, bem como por representante do setor de engenharia. Os trabalhos desta comissão, discutidos neste artigo, consistiram em capacitar servidores sobre a temática do Desenho Universal e Acessibilidade Espacial; realizar avaliação da acessibilidade da instituição, por meio de *checklists* desenvolvidas para tal fim; bem como propor estratégias de ação para melhoria da acessibilidade. Estas ações irão compor capítulo sobre infraestrutura do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Key-words: *accessibility, checklist; post occupancy evaluation*

In December 2015, the Accessibility Thematic Committee of the Federal Institute of the State of Santa Catarina (IFSC) was created to comply with current legislation and guarantee accessibility to all. This Committee was composed of Specialists in Disability Studies, Special Education, Accessibility and Universal Design and a delegate

¹ O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) adota a grafia da palavra câmpus no singular e no plural, sem a utilização de grifo itálico, por recomendação do Ministério da Educação (MEC). O uso do termo câmpus para o singular e para o plural está perfeitamente de acordo com a gramática moderna, uma vez que a palavra já está incorporada ao vernáculo [FAULSTICH, 2011].

of the engineering sector. The work of this committee, discussed in this article, consisted of training officials on Universal Design and Accessibility; Carry out an evaluation of the institution's accessibility through checklists developed for this purpose; As well as propose action strategies to improve accessibility. These actions will be part of a chapter about infrastructure of the Institutional Development Plan.

1 Introdução

Nas últimas décadas, a legislação brasileira avançou significativamente acerca da garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Com intuito de atender a legislação vigente e buscar garantir acessibilidade a todas as pessoas, foi criada, em dezembro de 2015, a Comissão Temática de Acessibilidade. Os trabalhos desta Comissão resultaram em um dos capítulos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Este artigo visa refletir sobre estes trabalhos e seu impacto no IFSC. Em um primeiro momento, apresentamos uma reflexão acerca de questões teóricas e dos principais marcos legais recentes. Posteriormente, iremos descrever a atuação institucional desta Comissão. Por fim, discutiremos os desdobramentos e impactos deste trabalho no IFSC.

2 Fundamentação teórica e principais marcos legais recentes

A Comissão Temática de Acessibilidade do IFSC fundamenta-se no Modelo Social da Deficiência, nos principais marcos legais publicados na última década, bem como nos preceitos da Acessibilidade Espacial e do Desenho Universal a serem discutidos a seguir.

2.1 Modelo Social da Deficiência

A concepção da deficiência como uma variação humana está ligada ao modelo social, o qual abriu novos horizontes teóricos e políticos para os estudos sobre deficiência. A partir desse modelo, a perspectiva biomédica da deficiência, focada nas lesões e nos impedimentos do corpo, ganhou uma

alternativa à representação da deficiência. Para o modelo médico, a deficiência está estabelecida pelos padrões de normalidade e há uma associação da deficiência com uma doença, na qual o foco de intervenção é a cura e o tratamento do corpo voltado à correção. Nesse modelo, os sujeitos são reduzidos à sua deficiência, tornando-a um problema da pessoa e não uma questão social [LUIZ, 2015; LANNA JÚNIOR, 2010].

A primeira geração do modelo social surgiu em meados de 1960 no Reino Unido e ocupou-se de criticar o campo biomédico, propondo que a deficiência é apenas um dos muitos modos de vida possíveis. Esse novo tipo de discurso acerca da condição de ser deficiente teve papel fundamental na ampliação dos conceitos de deficiência, caracterizando-a como uma forma de opressão em função das barreiras sociais enfrentadas pelas pessoas com deficiência [LUIZ, 2015; GESSER, NUERNBERG e TONELI, 2014; DINIZ, 2007].

Considerando este contexto, ter deficiência não se trata, necessariamente, de uma experiência trágica e que é necessário lançarmos um olhar sociológico para esse estilo de vida, entendendo que as restrições na participação social não se restringem às lesões corporais, sensoriais ou intelectuais, mas à hostilidade frente à diversidade e sugerindo que, eliminadas essas barreiras sociais, as pessoas com deficiência poderiam ser independentes [DINIZ, 2007].

2.2 Principais marcos legais recentes

A discussão sobre o Modelo Social da Deficiência é importante para compreendermos qual é a abordagem teórica que baliza os principais documentos referentes à acessibilidade no Brasil. Além da legislação específica voltada à acessibilidade do ambiente construído, como a Lei Federal n.10.098 [BRASIL, 2000] e o Decreto

Federal n.5.296 [BRASIL, 2004], destacamos aqui outros dois marcos legais recentes: a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência [BRASIL, 2009] e a Lei Brasileira de Inclusão [BRASIL, 2015].

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil, ratificada como emenda constitucional em 2008, nasceu de um longo e amplo diálogo entre a ONU e os movimentos sociais das pessoas com deficiência. [DINIZ, BARBOSA e SANTOS, 2009]. A garantia à dignidade das pessoas com deficiência está para além do acesso aos bens e aos serviços médicos; exige a eliminação de barreiras sociais e ambientais. Neste sentido, a Convenção acolhe a deficiência como uma questão de justiça e direitos humanos com o propósito de promover a igualdade das pessoas com deficiência no Brasil. Em relação à acessibilidade, o nono artigo da Convenção diz que é dever do Estado assegurar às pessoas com deficiência o acesso ao ambiente construído, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, incluindo identificação e eliminação de obstáculos e barreiras para acessibilidade [BRASIL, 2009].

O segundo documento de grande relevância é a Lei Brasileira de Inclusão que entrou em vigor em 2 de janeiro de 2016 e que foi elaborada para fortalecer a Convenção. A Lei preconiza a acessibilidade como direito da pessoa com deficiência e como meio para garantir sua participação social. Além disso, afirma que devem ser atendidas as normas de acessibilidade na aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos; na construção, reforma, ampliação ou mudança de uso de edificações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo; e, na aprovação de financiamentos de projetos com recursos públicos. Os princípios do Desenho Universal, também de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, devem ser adotados como regra geral na concepção e implantação de projetos do meio físico [BRASIL, 2015].

Cabe destacar que esta legislação afirma, ainda, que edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à

pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes [BRASIL, 2015]. Sendo assim, criar programas de avaliação da acessibilidade em instituições de ensino como o IFSC torna-se fundamental.

2.3 Desenho Universal e Acessibilidade Espacial

O Desenho Universal, criado pelo arquiteto estadunidense Ronald Mace, é definido como aquele que pode ser utilizado por todas as pessoas, de forma mais ampla possível, sem que haja a necessidade de adaptação ou design especializado. A intenção do Desenho Universal é simplificar a vida para todos fazendo produtos e construindo ambientes utilizáveis pela maior quantidade de pessoas possível pelo mínimo ou nenhum custo extra [MACE, 2017].

De acordo com Dischinger, Bins Ely & Piardi [2012] “*acessibilidade espacial significa bem mais do que poder atingir um lugar desejado*”. Para as autoras, um espaço acessível é de fácil compreensão, que permite ao usuário comunicar-se, ir e vir, assim como participar das atividades que ocorram neste espaço com segurança, conforto e autonomia.

A legislação brasileira afirma que para serem considerados acessíveis, as edificações, seu entorno e seus mobiliários devem atender aos critérios estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade ABNT NBR 9050, atualizada em 2015.

3 Atuação da Comissão Temática de Acessibilidade no IFSC

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma autarquia pública federal vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC). São ofertados, prioritariamente, cursos técnicos de nível médio, nas modalidades integrado ao Ensino Médio e



subsequente. Também são oferecidos cursos de qualificação profissional inicial ou continuada, bem como cursos de graduação em tecnologia, engenharias e licenciaturas em ciências. A instituição possui 22 câmpus, espalhados por todo o estado de Santa Catarina, conforme Figura 1, a seguir.



Figura 1 – Localização dos câmpus do IFSC. Fonte: <http://www.ifsc.edu.br/clique-veja-mapa-sc> Acesso em: 18 mar 2017.

Em dezembro de 2015, a Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) do IFSC instituiu, por meio de portaria, a Comissão Temática de Acessibilidade, com intuito de revisar um dos capítulos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no que se refere às questões de acessibilidade do ambiente construído de todos os 22 câmpus. A versão anterior do PDI apresentava uma análise de acessibilidade pouco detalhada, que não descrevia as reais condições existentes e tampouco propunha soluções. Sendo assim, foram definidas como atribuições da Comissão: avaliar e redefinir a metodologia utilizada anteriormente pela instituição para levantamento da situação de acessibilidade; verificar lacunas de acessibilidade; delinear estratégias de ação para elencar prioridades de projetos, reformas, obras e aquisições de acessibilidade. A Comissão foi composta por profissionais especializados em Estudos sobre Deficiência, Educação Especial, Acessibilidade e Desenho Universal (docentes e técnicos administrativos de diferentes câmpus) e

representante do Departamento de Obras e Engenharia (vinculado à Pró Reitoria de Administração). As etapas dos trabalhos desta comissão estão descritas e discutidas nos itens que seguem.

3.1 Elaboração das *checklists* de avaliação da acessibilidade

Utilizando como referência as planilhas técnicas de avaliação de acessibilidade publicadas por Marta Dischinger *et al* [2009], Marta Dischinger *et al* [2012] e revisadas por Diego Figueiredo Viana *et al* [2011; 2012], elaboramos *checklists* com base nos parâmetros técnicos e conceitos presentes na ABNT NBR 9050, atualizada em 2015.

Como as *checklists* não são aplicadas pelos membros da Comissão, foi importante colocar em sua introdução uma breve apresentação e espaço para identificação de quem irá utilizar o instrumento. Também nesta introdução são descritos os materiais necessários às medições, se for o caso, e instruções de como proceder em cada etapa. Para que não ficasse muito extensa, o que dificultaria a análise e compreensão de seus dados, foram criadas várias *checklists*, utilizando-se as mesmas subdivisões adotadas nas planilhas técnicas de Dischinger *et al* [2009]. Por exemplo, a primeira *checklist* chama-se “Rua em frente ao câmpus” e a segunda “Acesso principal de pedestres do câmpus”. Já as perguntas das *checklists* seguem, sempre que possível, a sequência dos capítulos e subcapítulos da ABNT NBR 9050/2015.

Para facilitar a compreensão da pessoa que irá aplicar a *checklist*, as respostas para as perguntas são apenas sim ou não. Foram criadas algumas perguntas condicionais, que se referem a itens que precisam de mais detalhamento. Por exemplo, caso a resposta para a pergunta “Existe escada/degraus no acesso principal de pedestres do campus?” seja não, todas as perguntas referentes ao detalhamento deste item são omitidas automaticamente pela *checklist*. Caso a resposta seja sim, irá aparecer para o aplicador uma série de perguntas referentes

a tamanho de degrau, tipo de revestimento, existência de rampas próximas, etc. Tal mecanismo de perguntas só foi possível pelo uso do LimeSurvey. Este *software* livre *online* possibilita a criação de questionários que podem ser aplicados via *browser*. Além disso, o LimeSurvey permite exportar as respostas em uma única tabela, em arquivo de formato “xls”, que pode ser aberto no Microsoft Office Excel ou no LibreOffice Calc. A Figura 2, a seguir, ilustra trecho de uma das *checklists*.

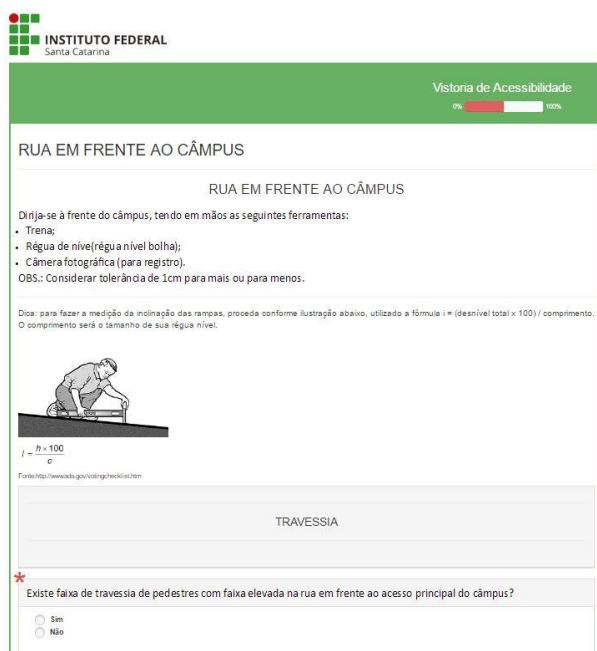


Figura 2 – Trecho de uma checklist. Fonte: autores, 2016.

3.2 Capacitação de servidores

Uma vez que os membros da Comissão não poderiam estar presencialmente em cada um dos câmpus do IFSC, houve a necessidade de designar um responsável local pela realização dos levantamentos referentes à acessibilidade. A PRODIN entrou em contato com as Diretorias de Administração dos câmpus, que, por sua vez, indicaram servidor interessado em atuar como aplicadores das *checklists*.

Para que pudessem realizar vistorias nos câmpus, os servidores passaram por uma capacitação, que incluiu reflexões teóricas sobre Deficiência,

Acessibilidade e Desenho Universal, bem como questões práticas de aplicação das *checklists*. Esta capacitação foi oferecida pela Comissão e realizada virtualmente, por meio de Conferência Web RNP, tendo uma carga horária de 6 horas. O sistema institucional adotado para realização de encontros virtuais permite a interação tanto por áudio e vídeo, quanto por texto entre os participantes. Foi possível, ainda, gravar toda a capacitação, para que aqueles que não pudessem participar conseguissem ter acesso aos conteúdos ministrados e às orientações sobre a aplicação das *checklists*.

3.3 Aplicação das *checklists* nos câmpus e proposição de estratégias de ação

"O acesso principal de pedestres do câmpus é acessível?" Este é um dos primeiros questionamentos que se deve fazer quando se fala em acessibilidade. Sendo assim, este foi o foco das primeiras etapas de levantamento realizadas nos câmpus do IFSC, até o mês de setembro de 2016. É importante salientar que os passeios públicos que conectam os pontos de ônibus até esses acessos de pedestres, assim como as travessias de vias veiculares, devem apresentar condições plenas de acessibilidade.

Após as vistorias, a Comissão organizou os dados exportados em planilha “xls” do LimeSurvey, excluindo, inicialmente, os registros incompletos e duplicados. Na sequência, foi aplicada formatação condicional nas respostas, utilizando-se a cor verde para “sim”, vermelha para “não” e preta para respostas de perguntas condicionais não preenchidas. A partir dessas respostas sistematizadas por cor, a Comissão definiu algumas ações. As ações definidas apresentam-se de forma genérica, e exigem futuro projeto para detalhar a solução. A Figura 3, a seguir, ilustra um trecho da planilha que lista as ações.

Estacionamento externo ao câmpus (parte 2):

	Providenciar instalação de sinalização para vaga de pessoa com deficiência	Providenciar reparo de sinalização para vaga de pessoa com deficiência
01- Florianópolis		
02- São José		
03- Jaraguá do Sul		
Reitoria		
04- Florianópolis-Continente		
05- Araranguá		
06- Joinville		
07- Chapecó		
08- São Miguel do Oeste		
09- Canoinhas		
10- Criciúma		
11- Gaspar		
14- Palhoça Bilingue		
15- Xanxerê		
16- Caçador		
17- Urupema		
18- Geraldo Werninghaus		
19- Garopaba		
20- São Carlos		

Figura 3 – Trecho da planilha de ações. Fonte: autores, 2016.

As vistorias mostraram que apenas quatro câmpus possuem travessia de via veicular conforme exigida pela ABNT NBR 9050/2015: Araranguá, Florianópolis e Jaraguá do Sul apresentam travessia com rebaixamento de guia; e Gaspar dispõe de uma travessia elevada. Cabe às direções dos demais câmpus realizar contato com prefeituras, para garantir travessias adequadas.

A acessibilidade espacial dos passeios públicos em frente aos câmpus também deve ser considerada uma prioridade. Além da elaboração de projeto específico por parte do setor de engenharia, deve ser previsto nos processos licitatórios a execução dos passeios públicos em frente ao lote do câmpus, conforme diretrizes da ABNT NBR 9050/2015, uma vez que a responsabilidade por este trecho é da instituição. A maioria dos câmpus do IFSC possui pavimentação dos passeios públicos, com exceção de Criciúma, São Carlos, São José e São Miguel do Oeste. No entanto, nenhum dos câmpus apresenta adequação plena com as exigências da ABNT NBR 9050/2015. Cabe salientar que a Norma Brasileira Acessibilidade – Sinalização tátil no piso (ABNT NBR 16537/2016) ainda não havia sido publicada quando da elaboração das *checklists*. Neste sentido, ao realizar readequação dos passeios e acesso de pedestre, esta deverá ser atendida.

Em frente a instituições de ensino, é fundamental a existência de pontos de embarque e desembarque do transporte público urbano em ambos os lados da via e próximos à travessia de pedestres. Os câmpus Araranguá, Caçador, Garopaba, Geraldo Werninghaus, São Carlos e Urupema não possuem ponto de ônibus próximo ao seu acesso principal. Sugere-se contato com as concessionárias do transporte público municipal para colocação dos pontos de ônibus, facilitando o acesso de todos os estudantes. As tabelas apresentadas em anexo a este documento listam algumas recomendações referentes aos acessos dos câmpus analisados.

Estes resultados foram apresentados em uma reunião do Colégio de Dirigentes do IFSC (CODIR), órgão composto pelos diretores dos câmpus, em outubro de 2016. Muitos diretores disseram crer que os câmpus eram acessíveis, por haver rampas e pisos táteis nos acessos principais. Eles mostraram-se interessados pela continuidade das avaliações e afirmaram que irão seguir as ações recomendadas pela Comissão em futuros obras. Além disso, o CODIR aprovou o conteúdo apresentado para inclusão no capítulo 6 do PDI do IFSC, referente ao Plano Diretor de Infraestrutura Física.

3.4 Próximos etapas

Os trabalhos da Comissão Temática de Acessibilidade mostraram aos dirigentes institucionais a importância de se ter uma comissão permanente para tratar da acessibilidade do ambiente construído. Durante o ano de 2016, como já mencionado anteriormente, foram analisadas apenas as ruas em frente aos câmpus e os acessos principais de pedestres. Em 2017, a Comissão dará continuidade na elaboração de *checklists* para os demais espaços dos câmpus.

Para que as novas *checklists* possam ser aplicadas, é necessário, em um primeiro momento, definir quais são as rotas, em cada câmpus, precisam ser acessíveis. Ao longo destas rotas deve-se garantir condições de acessibilidade. O traçado da rota acessível deverá se dar conforme as atividades



realizadas. Por exemplo, a rota acessível deve passar pela entrada, secretarias de curso, biblioteca, laboratório, principais setores, laboratórios de curso, salas de aula. De acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2015, p.5), rota acessível é o “trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida.”. Após definidas essas rotas, serão analisados os espaços existentes ao longo de seu traçado.

4 Considerações finais

Os trabalhos da Comissão Temática de Acessibilidade tiveram impactos significativos no IFSC, uma vez que se discutiram institucionalmente questões relacionadas à acessibilidade do ambiente construído. Resultado disso foi a participação ativa do Departamento de Obras e Engenharia e o contato direto com dirigentes do IFSC e seus representantes designados para tratar do tema e realizar vistorias *in loco*. Outro impacto positivo reside na continuidade dos trabalhos da Comissão, que, a partir de 2017, assumirá caráter permanente.

Ressaltamos aqui a importância de se criar ações baseadas no Modelo Social da Deficiência, percebendo a condição da deficiência como condição humana e o direito à acessibilidade como um direito elementar que pode garantir a plena participação dos sujeitos na sociedade. Reforçamos que a acessibilidade não corresponde somente a aspectos arquitetônicos, mas também a aspectos programáticos, comunicacionais, atitudinais, etc. Essa perspectiva é bastante contemporânea e relevante justamente por entenderem as barreiras e a eliminação destas como uma responsabilidade social e não do sujeito que vivencia a deficiência.

Diante do exposto, é importante estarmos conscientes que pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades,

contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.

Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural. Esta é a missão do Instituto Federal de Santa Catarina. Uma das formas de promover a inclusão, é promover acesso no ambiente construído, independente das habilidades do cidadão – seja ele aluno ou servidor com deficiência –, sem deixar de garantir-lhe independência, conforto e segurança.

BIBLIOGRAFIA

ABNT. **NBR 9050**. Norma Brasileira: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>> Acesso em: 10 mar 2017.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 05 mar 2017.

_____. **Decreto Federal n.5.296**, de 02 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 18 mar 2017.

_____. **Lei Federal n.10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> Acesso em: 18 mar 2017.



_____. **Lei Federal n.13.146**, de 06 de julho de 2015. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 03 de mar 2017.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. In: Revista Internacional de Direitos Humanos, 6 (11), p.65-77. 2009.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; FALEIROS, Monna Michelle da Cunha Borges. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público**. Florianópolis: MPSC, 2012.

FAULSTICH, Enilde. **Nota lexicológica: câmpus, campus, campi?** Disponível em:
<http://linkdigital.ifsc.edu.br/files/nota_MEC_grafi_acampus_2011.pdf> Acesso em: 14 nov. 2016.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. Constituinte-se sujeito na intersecção gênero e deficiência: relato de pesquisa. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 3, p. 419-429, jul./set. 2013.

LANNA JÚNIOR, M.C.M. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 443p. 2010.

LUIZ, Karla Garcia. **Investigando Fotografias de Pessoas com Deficiência nas Capas da Revista Sentidos (2008-2013)**. Mestrado em Psicologia. Orientador: Prof. Dr. Adriano Henrique Nuernberg. Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

190p. Disponível em:
<http://www.bu.ufsc.br/teses/PPSI0650-D.pdf>.
Acesso em 10 fev 2017.

MACE, Ronald. **About Universal Design**. Disponível em:

<https://www.ncsu.edu/ncsu/design/cud/about_ud/about_ud.htm> Acesso em: 18 mar 2017.

VIANA, Diego Figueiredo; SILVESTRE, Tatiane de Souza; BRANDÃO, Milena de Mesquita. Avaliação das condições de acessibilidade espacial na E.M.E.I.E.F. Filho do Mineiro (Criciúma/SC) por meio da utilização de check list. In: **Anais do Seminário de Pesquisa, Extensão e Inovação do IFSC Câmpus Criciúma**. Criciúma: IFSC, 2011. p.117-119. Suplemento da Revista Técnico-Científica do IF-SC (ISSN 2175-5302). Disponível em: <<http://www.criciuma.ifsc.edu.br/sict-sul/images/files/anais.pdf>> Acesso em: 18 mar. 2017.

VIANA, Diego Figueiredo; SILVESTRE, Tatiane de Souza; AVILA, Jean Marcos Leal de; BRANDÃO, Milena de Mesquita. Avaliação de acessibilidade de três escolas municipais de Criciúma/SC. In: **Anais do Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense**. Criciúma: IFSC, 2012. p.534-543. Suplemento da Revista Técnico-Científica do IFSC (ISSN 2175-5302). Disponível em: <<http://www.criciuma.ifsc.edu.br/sict-sul/images/Anais2012.pdf>> Acesso em: 18 mar. 2017.